

Economia e Democracia: Notas Sobre o Momento Brasileiro Atual

GABRIEL BRASIL (*)

Em 11 de agosto último, um grupo diverso de lideranças cívicas – incluindo juristas, políticos, representantes de associações empresariais e sindicatos – fez a leitura pública da chamada “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito” na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). O evento, amplamente noticiado pela imprensa, foi organizado inicialmente por lideranças do meio jurídico, embora tenha envolvido uma gama diversa de segmentos da sociedade. A sua elevada e heterogênea adesão representa um marco simbolicamente importante na história da jovem democracia brasileira, em especial num período em que a estabilidade institucional do país tem sido colocada em xeque na esteira dos frequentes e graves ataques do presidente Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral brasileiro.

A defesa da democracia está intimamente ligada à atuação de advogados e juristas – os maiores conhecedores da Constituição Federal e da importância do Estado de Direito na evolução de uma nação. Ocorre que a defesa de tais valores não deve, por este motivo, se limitar aos profissio-

nais do direito. Na verdade, várias outras carreiras da sociedade civil também têm suas atividades intimamente ligadas à saúde da democracia. É o caso da economia e, por conseguinte, do debate liderado por economistas.

Acemoglu, Naidu, Restrepo e Robinson (2016) assinam o respeitado artigo “Democracy Does Cause Growth”, no qual demonstram, a partir de evidências robustas e uma modelagem sofisticada que processos de democratização de fato favorecem o crescimento econômico – como intuitivamente esperaríamos.¹ Especificamente, os resultados dos autores sugerem que eles podem gerar até 20% de aumento na renda *per capita* de um país no longo prazo. Tal conclusão reforça outros importantes trabalhos do próprio Acemoglu (em parceria com outros autores) acerca do papel de instituições sólidas em dinâmicas econômicas (incluindo “Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth”, de 2004, e “The role of Institutions in Growth and Development”, de 2008). Muitos trabalhos de outros autores vão para a mesma direção, havendo pouquíssima evidência de qualidade relativizando o papel da

democracia na prosperidade econômica dos países.

No Brasil, é inequívoco o papel do amadurecimento democrático do país desde 1988 na pavimentação de um ambiente econômico mais próspero. Nos últimos 30 anos, vimos, além de eleições limpas e competitivas e transições pacíficas de poder, o desenvolvimento de melhores instrumentos de *accountability* para a gestão do orçamento, a organização de arcabouços fiscais e monetários mais adequados em comparação àqueles observados durante a Ditadura Militar, além de um maior controle social sobre as decisões de política econômica nos níveis legislativo e executivo. É claro que, sendo o Brasil um país ainda em emergência e com problemas crônicos de representatividade, tal fenômeno não tem sido linear no seu progresso, e segue sendo notoriamente insuficiente para o atendimento das significativas demandas sociais da população. No entanto, nos últimos quatro anos, são claros e mais contundentes os retrocessos neste processo – que podem, inclusive, ter revertido parte dessa tendência.

A implementação do chamado “Orçamento Secreto” – um esquema institucionalizado de apropriação de parte do orçamento nacional sem fiscalização adequada por líderes partidários ao Executivo Federal – é um exemplo disso, similar ao fenômeno vivido no Brasil até 2005 sob o então “Escândalo do Mensalão”. Não é o único, porém. Outras iniciativas de diferentes impactos, mas igualmente problemáticas, também têm sido reportadas com razoável frequência na mesma direção. Elas incluem os ataques diretos do presidente e dos seus aliados à integridade do sistema eleitoral; a disfuncional atuação das forças armadas em áreas alheias àquelas da sua expertise (como a gestão da saúde ou mesmo a presidência de uma petroleira estatal); o cerceamento do direito de minorias a partir de retórica belicosa somada a medidas demasiadamente ideológicas por parte do Ministério da Saúde e do Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos; as tentativas recorrentes de minar a credibilidade de instituições independentes, como a imprensa e o Supremo Tribunal Federal (STF); entre outros.

Embora indireto, o impacto econômico de tudo isso tende a ser significativo. A partir da premissa de racionalidade dos agentes (ainda que imperfeita), é incontroverso inferir que investidores – sejam eles domésticos ou, principalmente, estrangeiros – terão maior aversão ao risco ao identificarem a deterio-

ração do ambiente institucional em curso, que no longo prazo produz capturas regulatórias, menor qualidade de *policymaking* e, no limite, como discutido nos trabalhos de Acemoglu, menor crescimento econômico. Para além da dimensão moral, a promoção da democracia é, portanto, um tema fundamentalmente econômico e, por isso, precisa ocupar espaço central nas prioridades dos economistas no Brasil.

Nos últimos quatro anos, economistas simpáticos à agenda (ou ao menos à retórica) econômica do atual governo – notoriamente aqueles ligados ao mercado financeiro, que precisam fazer avaliações do cenário macroeconômico em tempo real – têm vivido certo dilema com relação a tal fenômeno. Sob pena de serem absorvidos pela chamada polarização política, muitos têm feito esforços ativos para avaliar as medidas promovidas pelo Ministério da Economia de forma separada do que faz o restante do governo. Trata-se de uma tentativa de sanitizar tais iniciativas, e blindá-las da influência do ambiente político do seu entorno. Ocorre que tal manobra é falaciosa e contraproducente, na medida em que não é possível dissociar o efeito de medidas econômicas de dinâmicas políticas com impacto direto na qualidade da democracia. Não é possível, por exemplo, avaliar o sucesso da independência do Banco Central com relação à sua capacidade de controlar a inflação se os

ataques às instituições patrocinadas pela Presidência da República também afetam as expectativas econômicas e, conseqüentemente, os níveis de volatilidade financeira. Analogamente, também é ineficiente e impreciso pensar em soluções para o problema fiscal e para a inflação quando o governo trabalha ativamente para distribuir parcelas do orçamento para grupos apoiadores das suas aventuras antidemocráticas, como militares e grupos de caminhoneiros.

Os esforços de tais economistas, portanto, não colaboram para o debate econômico. Na verdade, eles prestam um desserviço a ele e à sociedade ao alimentarem a crescente percepção de desconexão da ciência econômica da realidade prática dos brasileiros. As acusações muitas vezes injustas de ‘demasiado economicismo’ que enfrentam técnicos que participam do debate nacional se tornam progressivamente mais legítimas quando os economistas tentam isolar as medidas econômicas tomadas pelo governo do contexto no qual elas foram concebidas. Isso é particularmente grave quando o contexto é marcado por uma deterioração da democracia, como o atual.

É grave o momento que vive o Brasil no âmbito democrático-institucional. Não é desejado que um candidato à reeleição ao cargo mais importante do país ataque, explicitamente e sem evidências – inclusi-

ve para uma plateia de embaixadores estrangeiros – o nosso sistema eleitoral. Em razão dessa gravidade, o debate econômico precisa se adaptar. As discussões de *policy*, por exemplo, com relação às melhores estratégias para melhoria do sistema tributário ou das nossas regras fiscais, precisa dar lugar ao tema prioritário e fundamental da defesa da democracia. É preciso, antes de falarmos sobre o que o governo deve fazer para enfrentar os problemas da inflação e do desemprego, que garantamos que a forma como o governo fará isso será baseada em princípios democráticos inegociáveis. A exemplo dos juristas da USP, os quais mobilizaram a sociedade brasileira em 11 de agosto, é preciso que os economistas também assumam sua responsabilidade neste momento.

1 ACEMOGLU, D. *et al.* Democracy does cause growth. **Journal of Political Economy**, 2016.

() Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em economia política pela Universidade de São Paulo. (E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).*